



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 110ª Reunião do Plenário¹

No dia 9 de Julho de 2012, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima décima Reunião Plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do relato da 109ª reunião plenária; 2- Apresentação ao Conselho Nacional de Educação dos relatórios da Inspeção-Geral de Educação e Ciência sobre “Avaliação Externa das Escolas 2010/2011” e “Avaliação Externa das Escolas – Avaliar para a Melhoria e a Confiança (2006 - 2011)”; 3- **Apreciação do projeto de Recomendação sobre Prolongamento da Escolaridade Obrigatória até ao 12º ano ou até aos 18 anos;** 4- **Ponto de situação sobre a Recomendação “Municípios e Educação”.**

A Presidente deu início à reunião informando que, por lapso, não foi inscrito na OT o ponto de Informações, que passa a constituir o ponto 2 da mesma. Sugeriu que se comesse pela apresentação dos relatórios da IGEC sobre Avaliação Externa das Escolas, o que foi aceite. Agradeceu a presença da Drª Leonor Duarte, coordenadora da equipa de Acompanhamento e Avaliação da IGEC, a quem deu a palavra.

Terminado o primeiro ciclo de avaliação externa que abrangeu todas as escolas do país e que decorreu entre 2006 e 2011, a IGEC elaborou um relatório em que sintetiza a informação existente sobre os cinco anos de desenvolvimento do Programa e apresenta uma visão global da sua realização, bem como inclui as propostas para o novo ciclo de avaliação externa a desenvolver. A Drª Leonor Duarte referiu o contributo do CNE através dos seus pareceres e recomendações no processo de avaliação das escolas, em particular a Recomendação nº 1/2011 que foi tida em conta na reformulação do quadro de referência para o novo ciclo avaliativo, o qual regista as seguintes alterações: redução de cinco para três domínios de análise (resultados académicos, sociais e reconhecimento da comunidade; prestação do serviço educativo; e liderança e gestão); aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade; utilização do valor esperado na análise dos resultados das escolas; auscultação direta das autarquias; introdução de um novo nível na escala de classificação (5 níveis); necessidade de produção e aplicação de um plano de melhoria em cada escola avaliada; e variabilidade dos ciclos de avaliação que devem variar de acordo com a evolução dos resultados de cada escola ou agrupamento. No novo ciclo de avaliação, iniciado no presente ano letivo de 2011/2012, serão avaliadas 232 escolas.

Aberto o debate intervieram os conselheiros Xavier Viegas, Rosário Barros, Catarina Abranches Pinto, Maria José Rau, José Ferreira Gomes, Carlos Chagas e Antero Resende. Os conselheiros questionaram o reflexo da avaliação na vida interna das

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

escolas, a aparente incongruência dos bons resultados nas dimensões de liderança e organização e insuficientes no domínio da capacidade de auto-regulação e melhoria da escola, a possível integração do indicador de valor acrescentado no domínio dos resultados, a capacidade para avaliar o percurso dos alunos, a divulgação pelas escolas dos relatórios de avaliação junto das respetivas comunidades educativas e planos de melhoria a desenvolver, a possibilidade de avaliar o fator dimensão de escola e alargar às Regiões Autónomas e ao Ensino Particular e Cooperativo este programa de avaliação externa.

A Dr^a Leonor Duarte esclareceu que no novo ciclo de avaliação será dada mais atenção ao desempenho das lideranças intermédias e às parcerias de docentes no trabalho em sala de aula, de modo a criar um incentivo à observação de aulas. A discrepância de resultados nos domínios será limitada com a reformulação do quadro de referência e está a ser desenvolvido o indicador de valor esperado já experimentado nas avaliações realizadas no presente ano. A divulgação dos resultados da avaliação na comunidade e a disponibilização dos planos de melhoria nas páginas eletrónicas das escolas são sistematicamente recomendadas. Quanto ao alargamento do âmbito da avaliação existe uma recomendação do GT de especialistas para incluir o ensino particular e cooperativo no presente ciclo.

A Presidente agradeceu a presença e disponibilidade da Dr^a Leonor Duarte. Passando ao **ponto 1 da OT- Aprovação do Relato da 109^a Sessão Plenária** foi o mesmo aprovado. A Presidente deu as seguintes **Informações**: realizaram-se no CNE os seminários “Diversidade e Equidade na Educação”, em colaboração com a Fundação Aga Khan e Alto Comissário para a Aliança das Civilizações (17 de Abril); “Avaliação das Aprendizagens na Avaliação da Educação”, com a participação de Paulo Santiago da OCDE (2 de Maio); “Serviço Público de Educação” (3 de Maio). O CNE participou na organização da iniciativa “Um dia com os Media” (3 de Maio), da Conferência “Autonomia e inovação curricular: olhares diferenciados”, promovida pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR (16 de Maio); do Seminário “Educação para o Risco”, promovido pelo Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva (27 de Junho). A EUNEC realizou a 21 e 22 de Maio, em Amesterdão, uma conferência sobre a Excelência na Educação, que incluiu a visita a várias escolas da cidade. A convite do município de Odivelas realizaram-se visitas às escolas do concelho. No âmbito do trabalho das Comissões, foram realizadas audições a entidades externas sobre várias temáticas. O relatório “O Estado da Educação 2012” regista algum atraso na sua elaboração, aguardando-se a disponibilização de dados estatísticos por parte dos departamentos oficiais. Finalmente, a Presidente lembrou que, da parte da tarde, terá lugar a sessão comemorativa dos 25 anos do CNE, subordinada ao tema “Concertação Educativa e o Processo de Decisão Política”.

De seguida, a Presidente deu a palavra ao conselheiro relator Joaquim Azevedo para apresentação do projeto de Recomendação sobre “Prolongamento da escolaridade universal e obrigatória até ao 12º ano ou até aos 18 anos”, que referiu as audições realizadas a diretores de escolas secundárias no âmbito da preparação desta recomendação, o que permitiu identificar “um conjunto significativa de preocupações” quanto ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano em condições de equidade e justiça social.

Aberto o debate intervieram os conselheiros Carlos Bernardes, Antero Resende, Carlos Chagas, Arminda Bragança, Vítor Dores, João Muñoz, Catarina Abranches Pinto, Maria

Calado, Maria José Rau, Maria Emília Brederode Santos, Paulo Sucena, Cecília Honório, Mário Mota e Adriano Moreira. Os conselheiros concordaram globalmente com o teor do projeto de recomendação, tendo-se congratulado com a iniciativa do CNE nesta matéria. Em síntese, os conselheiros chamaram a atenção para os riscos de estratificação social e aumento da indisciplina nas escolas, para a necessidade de a oferta de percursos de educação e formação ser estabilizada, para a imprescindibilidade dos programas de orientação escolar e profissional serem generalizados a todas as escolas e para a necessidade adequar o acesso ao mercado de trabalho por menores prevista no Código do Trabalho. Foram ainda feitas várias sugestões de alteração de redação do projeto de recomendação.

O conselheiro relator Joaquim Azevedo explicitou que o projeto de recomendação se centra sobre a organização do ensino secundário, o qual deve contemplar a diversificação de alternativas curriculares sem as estigmatizar. As alterações sugeridas irão ser consideradas e a versão final do projeto de recomendação será enviada a todos os conselheiros para aprovação final. Assim, a Presidente colocou à votação o projeto de recomendação que foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Relativamente ao **Ponto de Situação sobre o projeto de Recomendação “Municípios e Educação”**, a Presidente deu a palavra à conselheira relatora Maria José Rau que referiu as audições realizadas com Presidentes de Câmaras Municipais e a análise documental já terminada, tendo sido possível isolar algumas questões problemáticas que deverão orientar a elaboração do projeto de recomendação.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.